



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA**  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL 118/2016**  
**CAMPUS RIBEIRÃO DAS NEVES**  
**PROVA OBJETIVA**  
**PROFESSOR EBTT**  
**ÁREA/DISCIPLINA: DIREITO**

**ORIENTAÇÕES:**

1. **Não abra o caderno de questões** até que a autorização seja dada pelos Aplicadores;
2. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Aplicadores de prova;
3. Nesta prova, as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma, sempre na sequência a, b, c, d, e, das quais somente uma é correta;
4. As respostas deverão ser repassadas ao cartão-resposta utilizando caneta na cor azul ou preta dentro do prazo estabelecido para realização da prova, previsto em Edital;
5. Observe a forma correta de preenchimento do cartão-resposta, pois apenas ele será levado em consideração na correção;
6. Não haverá substituição do cartão resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato;
7. A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão levará a anulação da mesma;
8. Não são permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos;
9. Ao concluir as provas, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Aguarde a autorização para devolver o cartão resposta, devidamente assinado em local indicado.
10. O candidato não poderá sair da sala de aplicação antes que tenha se passado 1h00min do início da aplicação das provas. Só será permitido que o candidato leve o caderno de prova objetiva após 4h00min de seu início;
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até o fechamento da ata e assinatura dos mesmo para fechamento da sala de aplicação.

### QUESTÃO 01.

Sobre o sistema de repartição de competências legislativas adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A competência concorrente é atribuída à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- c) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- d) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- e) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.

### QUESTÃO 02.

Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) será cabível a ação de *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) será cabível ação de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica.
- c) será cabível ação de mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania previstos em norma constitucional de eficácia limitada.
- d) será cabível ação de *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- e) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

### QUESTÃO 03.

Sobre os direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente.
- b) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, o trânsito em julgado;
- c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

### QUESTÃO 04.

Sobre a estrutura federativa e os entes federativos no Estado brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o Distrito Federal, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- b) nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma da Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais, competindo à lei dispor sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.
- c) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver, sendo expressamente vedada a criação de novos Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- d) A União poderá intervir nos Municípios situados no Distrito Federal e nos Territórios, nas hipóteses previstas na Constituição da República, dentre elas, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- e) a organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal competirá a União.

#### QUESTÃO 05.

Sobre as normas aplicáveis a administração pública, assinale a assertiva **incorreta**:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, desde respeitado o teto remuneratório constitucional e se tratem de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- e) a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

#### QUESTÃO 06.

Sobre as modalidades de licitação previstas na Lei Federal n.º 8.666 de 1993, assinale a assertiva **incorreta**:

- a) concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- b) a tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) o convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 5 (cinco) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- d) o concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- e) o leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

**QUESTÃO 07.**

A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos, **exceto**:

- a) dação em pagamento.
- b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- c) permuta, por outro imóvel que se destine ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- d) investidura.
- e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública ou a particulares, quando o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

**QUESTÃO 08.**

Sobre o sistema constitucional tributário, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- b) a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, bem como no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, o qual não poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu.
- c) a União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.
- d) na iminência ou no caso de guerra externa, a União poderá instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- e) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

**QUESTÃO 09.**

Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o princípio da anterioridade do exercício fiscal não se aplica ao empréstimo compulsório, criado para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, e aos impostos extraordinários, criados para a iminência ou em caso de guerra externa.
- b) o princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica ao empréstimo compulsório, criado para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, e aos impostos extraordinários, criados para a iminência ou em caso de guerra externa.
- c) a propriedade territorial rural será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- d) o princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica quanto à fixação da base de cálculo do Imposto de Renda, do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.
- e) o Imposto de Importação, o Imposto de Exportação e o Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, não se sujeitam aos princípios da anterioridade do exercício fiscal e nonagesimal.

**QUESTÃO 10.**

Sobre as normas gerais de Direito Tributário, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- b) aplica-se ao ato lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- c) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- d) o lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
- e) salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da realização do ato de lançamento do crédito tributário.

**QUESTÃO 11.**

Segundo normas gerais do Direito Previdenciário brasileiro, independe de carência a concessão dos seguintes benefícios previdenciários:

- a) a pensão por morte e o auxílio-reclusão.
- b) o salário-família e auxílio-acidente;
- c) o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social.
- d) o salário-maternidade para as seguradas empregadas e trabalhadoras avulsas.
- e) o salário-maternidade para a empregada doméstica e para a contribuinte individual.

**QUESTÃO 12.**

São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, **exceto**:

- a) o cônjuge, cuja dependência econômica é presumida.
- b) a companheira, o companheiro, assim compreendida a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada.
- c) o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;
- d) os pais, cuja dependência econômica deve ser comprovada.
- e) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

**QUESTÃO 13.**

Sobre a responsabilidade civil, assinale a opção correta:

- a) o dever de indenizar exige a demonstração do ato omissivo ou comissivo, da culpa ou do dolo, do dano e do nexo de causalidade.
- b) os incapazes não podem ser responsabilizados pelos danos por eles causados.
- c) de acordo com a jurisprudência mais recente, o dano estético não se confunde com o dano moral.
- d) as hipóteses legais de responsabilidade objetiva não admitem qualquer excludente de responsabilidade.
- e) a teoria da perda de uma chance não teve acolhida pelos tribunais brasileiros.

**QUESTÃO 14.**

Assinale a alternativa incorreta. O Código de Defesa do Consumidor, ao disciplinar a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, estabelece que:

- a) o produto é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera.
- b) o produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- c) o fabricante pode ser exonerado do dever de indenizar se provar que não colocou o produto no mercado.
- d) o comerciante não poderá ser civilmente responsabilizado.
- e) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação da culpa.

**QUESTÃO 15.**

Considerando-se o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
- b) é enganosa, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza.
- c) o ônus da prova da veracidade da informação publicitária cabe a quem a patrocina.
- d) é proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
- e) a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

**QUESTÃO 16.**

Considerando-se a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a CLT estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.
- b) considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- c) considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- d) considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens.
- e) não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, ressalvando-se aquelas entre o trabalho intelectual, o técnico e o manual.

**QUESTÃO 17.**

Considerando-se as disposições legais vigentes acerca da jornada de trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) o pagamento das horas in itinere depende de prévia negociação com a entidade sindical, que fixará os parâmetros remuneratórios.
- b) considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais.
- c) a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- d) a prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.
- e) a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

**QUESTÃO 18.**

Considerando-se as disposições legais vigentes, assinale a alternativa correta:

- a) para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador deverá propor a ação trabalhista no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da suspensão do empregado.
- b) garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 8 (oito) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- c) a interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal, se admitido o recurso no primeiro juízo de admissibilidade, suspenderá a execução do julgado.
- d) cabem embargos de declaração contra sentença ou acórdão, no prazo de 5 (cinco) dias.
- e) os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

**QUESTÃO 19.**

A pretensão à execução da duplicata prescreve contra o endossante e seus avalistas

- a) em 3 (três) anos, contados da data do protesto.
- b) em 2 (dois) anos, contados da data do vencimento do título.
- c) em 1 (um) ano, contados da data do protesto.
- d) em 3 (três) anos, contados da data do vencimento do título.
- e) em 1 (um) ano, contado da data do vencimento do título.

**QUESTÃO 20.**

Extingue as obrigações do falido, **exceto**:

- a) o pagamento de todos os créditos.
- b) o pagamento de todos os créditos com privilégio.
- c) o pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 50% (cinquenta por cento) dos créditos quirografários, sendo facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem se para tanto não bastou a integral liquidação do ativo.
- d) o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado por prática de crime previsto nesta Lei.
- e) o decurso do prazo de 10 (dez) anos, contado do encerramento da falência, se o falido tiver sido condenado por prática de crime previsto nesta Lei.

**QUESTÃO 21.**

Não podem ser empresários individuais, **exceto**:

- a) servidores públicos federais.
- b) magistrados.
- c) militares.
- d) estrangeiros.
- e) membros do Ministério Público

**QUESTÃO 22.**

É a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações. A frase se refere a:

- a) fusão.
- b) incorporação.
- c) cisão.
- d) transformação.
- e) coligação.

**QUESTÃO 23.**

Não está presente no mútuo:

- a) coisa infungível.
- b) translaticio do domínio.
- c) é um empréstimo de consumo.
- d) pode ser gratuito.
- e) pode ser oneroso.

**QUESTÃO 24.**

São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de exercer, **exceto**:

- a) os ébrios habituais.
- b) os viciados em tóxicos.
- c) os pródigos.
- d) os emancipados.
- e) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

**QUESTÃO 25.**

Não corre a prescrição, **exceto**:

- a) entre os cônjuges, ainda que divorciados.
- b) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- c) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- d) contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.